



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005704-23.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo**
 << Nenhuma informação disponível >>
 Impugnante: **Telefônica Brasil Sa**
 Impugnado: **Antonio de Jesus Pomponio**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença, instaurado por **TELEFÔNICA BRASIL SA** em face de **ANTONIO JESUS POMPONIO**. No bojo dos autos principais, juntou-se planilha apresentando valores remanescentes, argumentando que a executada apresentou recurso, o qual impediu o levantamento de valores referentes à condenação. Com isso, na impugnação, o impugnante aduziu que tal alegação é absurda, uma vez que agiu de boa-fé ao efetuar o depósito, bem como não há prejuízo, tendo em vista a incidência de correção monetária com base no índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tanto quanto a diferença a ser depositada, se existente, que será no máximo de R\$ 398,48, referente à diferença entre a data do cálculo e pagamento. Requereu, preliminarmente, suspensão da execução. Após, envio dos cálculos da condenação ao contador judicial juramentado.

O impugnado, contrariou o pedido. Sustentou, em síntese, que o depósito efetuado em 21/08/2014, lhe trouxe um prejuízo no montante de R\$ 2.340,52, uma vez que o valor não incidiu sobre o valor da condenação, juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios. Posteriormente, sustenta que se trata de estratégia do réu.

Réplica às fls. 16/17.

Laudo do *expert* às fls. 20/21.

Somente a impugnante manifestou-se sobre o laudo do *expert* às fls. 33/34, entretanto, ambas as partes não se manifestaram sobre o laudo de fls. 36/37. (fl. 39 vº).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Desnecessárias quaisquer outras providências, passo ao julgamento.

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença, na qual se condenou o impugnante ao pagamento de R\$ 8.000,00, a título de indenização por danos morais, além do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cancelamento da negativação.

Com o trânsito em julgado, a impugnante efetuou o depósito de R\$ 10.654,16 (fl. 182 dos autos principais), porém o impugnado alega que resta o valor de R\$ 2.340,52.

Importante destacar que restou confusa nos autos a natureza ou a origem do valor remanescente. Voltando-se ao demonstrativo de fl. 191, parece que a maior parte do valor diz respeito a honorários advocatícios de sucumbência, porém o exequente/impugnante à fl. 189 diz: *tendo em vista que o trânsito em julgado ocorreu em 13/02/2015 (fls. 180), deve incidir sobre o valor do débito a multa dos 15% estipulada na sentença de fls. 133-6, resultando numa diferença de exatos R\$ 2.340,52.*

A r. sentença de fls. 133/136, contudo, não estabeleceu qualquer multa. Confira-se a reprodução de sua parte dispositiva:

JULGO PROCEDENTE a ação para confirmar a decisão de fl. 37 que determinou o cancelamento das negativações do nome do autor na Serasa, já que este não celebrou os três contratos com a ré. Condene esta a pagar àquele a título de indenização por danos morais o valor de R\$ 8.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados da citação e 20% de honorários advocatícios e custas do processo.

Depois do trânsito em julgado, intime-se o autor para, em 10 dias, apresentar o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim, que apresentado esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intime-se o autor para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

Nesse sentido, vieram os cálculos do contador judicial à fl. 20/21, ratificado à fls. 36/37, que apurou apenas a diferença no valor de R\$ 687,15, já atualizado até 30/01/2016.

A manifestação do impugnado/exequente de fls. 27/29 restou isolada, não tendo o condão de afastar a conclusão do contador.

Registro, ainda, que o recurso é direito constitucionalmente assegurado, inerente ao duplo grau de jurisdição, não podendo a parte ser apenada por sua utilização.

A conduta da parte impugnada/exequente beira a litigância de ma-fé, uma vez que alega o direito de receber determinada quantia (R\$ 2.340,52), sem qualquer fundamento viável ou claramente demonstrado.

Portanto, remanesce apenas a quantia de observada pelo contador.

Diante do exposto, acolho parcialmente a presente impugnação, para declarar o débito remanescente de R\$ 687,15, a ser atualizada a partir de fevereiro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Deixo de condenar em honorários de sucumbência, uma vez que a parte impugnante/executada reconheceu desde o início a existência de valor a pagar (fl. 04), o qual era próximo ao devido.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 17 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**